

EM DIREÇÃO À IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA  
DIGITAL JURÍDICA– BDJur -

PROJETO DE CRIAÇÃO

*Teresa Helena da Rocha Basevi  
Seção de Informação Digital – SEINDI  
Coordenação de Documentação  
Diretoria de Informações Judiciais  
Superior Tribunal de Justiça - STJ*

Brasília, maio de 2004.

# SUMÁRIO

---

## **1. APRESENTAÇÃO 3**

---

## **2. OBJETIVO 7**

---

## **3. HISTÓRICO – Rede RVBI 8**

---

## **4. A INTERNET E O MUNDO DIGITAL – reflexos nas bibliotecas 9**

---

## **5. A BIBLIOTECA DIGITAL 13**

---

### *5.1 Construção de uma Biblioteca Digital 17*

---

## **6. A BIBLIOTECA DIGITAL JURÍDICA - BDJur 21**

---

### *6.1. Metodologia para construção 21*

---

### *6.2. Etapas 22*

---

### *6.3. Acervo da BDJur 23*

---

### *6.4. Serviços que integrarão a BDJur 23*

---

### *6.5. Cliente Virtual 27*

---

### *6.6. Padrões e infra-estrutura tecnológica 30*

---

### *6.7. Sistemática de digitalização 33*

---

### *6.8. Direitos Autorais 35*

---

## **7. METAS 41**

---

## **8. CRONOGRAMA 41**

---

## **9. ALOCAÇÃO DE RECURSOS 42**

---

## **10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 42**

---

## 1. APRESENTAÇÃO

A inovação tecnológica no novo milênio traz profundas mudanças em favor da difusão mundial do conhecimento e da informação em geral. Se o livro em suporte papel e a imprensa tiveram um peso decisivo na redução dos custos e ampliação do acesso à cultura, os novos instrumentos que criaram as telecomunicações e a informática acentuam a interatividade do texto, facilitam o acesso imediato à informação de qualquer parte do mundo, tornando desnecessária ou opcional a reprografia.

A mídia impressa sempre foi o principal veículo de registro e disseminação de informações. As bibliotecas surgiram como um instrumento capaz de reunir informações produzidas e oferecê-las ao público em geral. Entretanto, neste contexto inicial, sempre foi exigido que seus usuários se deslocassem fisicamente até o local para poderem acessar as informações desejadas.

A vertiginosa transformação que vem ocorrendo, nas últimas décadas, nas áreas relativas à tecnologia da informação, aliado aos fenômenos da convergência digital, que unem informática, telecomunicação, tecnologias de rede de computadores, assim como o uso em alto grau de padrões de intercâmbio, deram margem ao surgimento de um novo patamar para os sistemas de informação, permitindo o armazenamento e recuperação de documentos digitais (texto completo, imagem, som, vídeo), em contraste com o padrão anterior que era tipicamente baseados em armazenamento e recuperação de referências bibliográficas.

Portanto, o avanço da tecnologia de distribuição de informações (principalmente através da rede Internet), aliado ao declínio dos custos de equipamentos e sistemas informatizados, proporcionaram um crescimento na utilização de mídias digitais (tais como textos, sons e imagens), que vêm, rapidamente, substituindo a mídia impressa em uma grande variedade de aplicações.

Verifica-se, assim, que o ambiente tecnológico favorável, aliado ao aumento da demanda de vários segmentos da sociedade, tornou propícia a implantação de sistemas de informação que possam disponibilizar via internet, de forma integrada e apoiado por interfaces *web* familiares ao usuário, documentos digitais de natureza distinta e provenientes de diferentes fontes de informação.

Nesta linha, segundo relata KESSLER<sup>1</sup>, essa mudança no âmbito da transmissão da informação está promovendo uma convergência dos princípios de uma biblioteca tradicional com a tecnologia da Internet e ampliando de forma significativa a distribuição de informação.

Isto, inclusive, alerta MARCHIORI<sup>2</sup>, já se apresenta como uma possível mudança no paradigma de tratamento e disseminação de informações, representada pelos recursos, atividades e serviços de uma biblioteca tradicional. Essa mudança de paradigma, suportada por tecnologias emergentes, traz um novo horizonte e um conjunto de novos conceitos ao mundo das bibliotecas.

Neste diapasão, explica BARKER<sup>3</sup> que, além das bibliotecas tradicionais, existem as bibliotecas polimídias, sendo similares às tradicionais, porém convivendo com livros, também, vídeos, fitas, CD-ROMs, microfilmes, etc. Já, as bibliotecas eletrônicas, que pressupõem a existência de um acervo físico, utilizam recursos computacionais de uma forma ampla para armazenamento e recuperação de registros, construção e disponibilização de índices eletrônicos, busca e recuperação de textos completos em outras bibliotecas digitais.

Para MARCHIORI<sup>4</sup> as bibliotecas digitais, se diferem das demais porque suas informações existem somente de forma digital (disquetes, winchester, CD's, Internet, etc.), não contendo livros na forma convencional. Dispõem de todos os recursos de uma biblioteca eletrônica, oferecendo pesquisa e visualização dos documentos (full text, vídeo, etc), tanto local como remotamente por meio de redes de computadores. Já o termo biblioteca virtual remete a dois conceitos principais.

---

<sup>1</sup> KESSLER, Jack. **Internet digital libraries**. Boston: Artech, 1996. 265 p.

<sup>2</sup> MARCHIORI, Patrícia Z. Ciberteca ou biblioteca virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. **Ciência da Informação, Brasília**, v. 26, n. 2, p. 115-124, maio/ago. 1997.

<sup>3</sup> BARKER, Phillip. Electronic libraries: vision of the future. **The electronic Library**, v. 44, n. 4, p. 221, Aug. 1994. Apud. MARCHIORI, p. 118.

<sup>4</sup> MARCHIORI, Patrícia Z. op. cit.

Um, segundo ainda o autor, está ligado ao conceito de realidade virtual e, portanto, utiliza recursos de software que simulam um ambiente de biblioteca na tela do computador, criando imagens em três dimensões que possibilitam entrar e circular pelas prateleiras de uma biblioteca virtual, acessar e ler livros, possuindo assim, a característica de imersão.

Por outro lado, CIANCONI<sup>5</sup> conceitua biblioteca virtual como uma relação de sites organizados segundo um critério temático, como se fosse um catálogo, não estando vinculada a nenhuma biblioteca do mundo real. Cabe aqui salientar que esta mesma autora relaciona biblioteca digital com biblioteca virtual no sentido de que na primeira deve haver a previsão de se organizar uma biblioteca virtual. Ainda, segundo a mesma, a diferença entre biblioteca digital e biblioteca virtual está em que a primeira sempre está ligada a uma instituição, e seus links de hipertexto apontam para acervos existentes.

Assim, a aplicação desses novos conceitos promove uma mudança de paradigma nas bibliotecas, o que, conforme DRABENSTOTT<sup>6</sup>, garante a facilidade e rapidez de acesso global às informações, minimizando as necessidades de aquisição e o acúmulo de coleções.

Verifica-se que a Internet emerge internacionalmente como o espaço mais profícuo para a operação dos serviços de informação das bibliotecas, em praticamente todas as áreas do conhecimento e para a maioria dos usuários atuais e potenciais.

A experiência internacional tem mostrado que a prestação de serviços de informação na Internet requer e, ao mesmo tempo, contribui para a transformação profunda tanto no funcionamento tradicional das bibliotecas, como na prática do profissional da informação. Esta situação tende a radicalizar-se à medida que o desenvolvimento da Internet revela-se em novos produtos e serviços de informação, inteiramente eletrônicos, não acessíveis às bibliotecas tradicionais e

---

<sup>5</sup> CIANCONI, Regina. **Literatura e conceitos**. Acesso em 18 ago. 1997. Mensagem para: bib-virtual@butiti.ibict.br

<sup>6</sup> DRABENSTOTT, Karen M.; BURMAN, Celeste M. Revisão analítica da biblioteca do futuro. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 180-194, maio/ago. 1997.

conformando um espaço virtual operado progressivamente pelas chamadas bibliotecas eletrônicas e/ou virtuais.

Em busca de se adequar a essa nova realidade virtual da cibernética, a Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, do Superior Tribunal de Justiça, propõe a criação da Biblioteca Digital Jurídica – BDJur – e tornar a informação na área do Direito mais acessível e efetiva aos usuários.

O projeto aqui apresentado fornece um estudo conceitual dos assuntos pertinentes a serem abordados em relação à biblioteca digital, detalha os requisitos tecnológicos e indica os padrões a serem utilizados para assegurar a interoperabilidade entre os módulos da BDJur, que será composto por uma diversidade crescente de fontes de informações digitais na área do Direito, em concordância com a evolução da própria sociedade.

## 2. OBJETIVO

Em consonância com a nova política de modernização do Superior Tribunal de Justiça e, seguindo de perto a missão do tribunal, que é: “*garantir à sociedade uma justiça célere, acessível e efetiva...*”, o presente documento apresenta a estratégia de implantação da Biblioteca Digital Jurídica – BDJur – que pretende integrar em um único portal os mais importantes repositórios de informação jurídica digital do país e do mundo, assim como a indicação de links a páginas da web pertinentes na área do Direito, de forma a permitir buscas e consultas simultâneas e unificadas aos conteúdos destas fontes, possibilitando respostas instantâneas e completas às demandas informacionais dos usuários.

Destarte, o objetivo geral da BDJur é contribuir para a disseminação e o acesso aos documentos jurídicos eletrônicos que sejam de interesse para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), demais órgãos da Justiça, advogados, operadores do Direito, estudantes, entre outros; buscando ampliar e democratizar o acesso à informação. Contribui, também, para tornar de caráter público, o acervo digital dos documentos integrantes da BDJur, proporcionando, assim, um aumento na presença de conteúdos jurídicos na Internet. A idéia principal da BDJur é criar e integrar os acervos digitais, nacionais e estrangeiros, na área do Direito.

No que tange o desenvolvimento de acervos digitais, pretende-se a criação de um repositório institucional, constituído com o objetivo de armazenar, preservar, divulgar e dar acesso à produção intelectual dos Senhores Ministros da Casa; assim como de outros magistrados e renomados juristas.

Em suma, pode-se dizer que a BDJur constituir-se-á num grande índice unificado que buscará identificar e localizar as informações nos vários acervos digitais agregados ao sistema, e trará, num clique de mouse, a informação para a tela do computador do usuário.

### **3. HISTÓRICO – Rede RVBI**

O sistema de alimentação e recuperação de informação atual utilizado na biblioteca do Superior Tribunal de Justiça é a Rede Virtual de Bibliotecas – RVBI. Tal base de dados originou-se da extinta Rede SABI - Subsistema de Administração de Bibliotecas, iniciada em 1972. Durante seus 28 anos de funcionamento veio adaptando-se às inovações tecnológicas e técnicas para possibilitar a compatibilidade com outras redes e sistemas de informação.

Em 2000, implantou-se o novo software de gerenciamento de bibliotecas denominado ALEPH, que adota um formato bibliográfico internacional usado por um grupo de quinze (15) bibliotecas. É com a implantação dessa nova tecnologia de base de dados que nasce a RVBI (Rede Virtual de Bibliotecas).

A implementação de tal ferramenta veio a beneficiar profundamente as atividades nas bibliotecas, principalmente naquelas relativas às rotinas de empréstimo, pesquisa, processamento dos documentos integrantes da Base de Dados. Contudo, apesar do uso aberto e fácil da base, via internet, a todos os usuários, tal sistema não possibilita o acesso ao inteiro teor do documento desejado. Assim, através da consulta à Base RVBI tem-se conhecimento de quais documentos são pertinentes à solicitação, mas não se recupera o documento propriamente dito, pois é uma base de dados referencial e não textual. Para obter a informação completa, é necessário entrar em contato com a biblioteca, ou vir in loco.

A presente proposta de criação de uma biblioteca digital pretende possibilitar o acesso à informação completa pelo usuário, onde quer que ele esteja, inserindo, assim, o Superior Tribunal de Justiça no contexto de adoção de novas tecnologias no tratamento, disseminação e recuperação da informação.



## **4. A INTERNET E O MUNDO DIGITAL – reflexos nas bibliotecas**

A cada dia surgem novos lançamentos que permitem dinamizar a recuperação de informação, como é o caso da Internet, que nasceu em 1969, como Arpanet, patrocinada pelo Departamento de Defesa Norte Americano – Defense Advanced Research Projects Agency (DARP) – com o objetivo de permitir que engenheiros e cientistas que trabalhavam em projetos militares em toda a América pudessem compartilhar computadores e outros recursos. A Arpanet expandiu-se e suas ramificações formam a espinha dorsal do que é hoje a Internet.

A Internet é um mundo novo, colorido, quase sem limites, que simplificada pode ser definida como uma rede mundial de redes de computadores, interligando todos os continentes, alcançando mais de 150 países. Isto significa dizer que a Internet tornou-se uma biblioteca cibernética universal, com vários usuários, onde cada um utiliza um serviço de pesquisa, para encontrar o que deseja na rede.

A explosão da Internet trouxe para todos nós a clara visão de que uma nova sociedade estava se formando. Uma sociedade em que o poder da informação passou a desempenhar papel muito mais importante do que qualquer outra forma de poder. As diferenças entre os povos hoje não se medem mais pelo arsenal bélico ou domínios territoriais, mas pelo domínio e uso que fazem das novas tecnologias da informação.

A Internet criou o que se denominou “espaço cibernético”. Tal espaço atingiu, atualmente, tal porte com o uso de redes e o número incrível de usuários, que se tornaram inócuas as tentativas de regulamentação. Os avanços não conseguem ser acompanhados pelos legisladores. Essa ferramenta tão poderosa evolui de maneira tão poderosa e rápida que ultrapassa a nossa capacidade de lidar com ela.

Em trinta anos, conforme nos relata o Juiz de Direito em Pernambuco, Demócrito REINALDO FILHO, ao prefaciар a obra **“Direito Eletrônico: a Internet e os Tribunais”**, com coordenação de Renato Opice BLUM<sup>7</sup>:

*“A Internet saiu dos laboratórios do mundo acadêmico e transformou-se em um novo mundo para 600 milhões de pessoas. Um mundo onde os indivíduos, conectados entre si, começaram apenas navegando em busca do conhecimento universal, mas que depois passou a ser o ambiente em que tudo passou a ser realizado. De poderosa ferramenta de ensino e pesquisa, a Internet emergiu como o universo virtual, um espaço paralelo onde a vida das pessoas alcançaria outra dimensão, relacionando-se das mais diversas formas”.*

Este ambiente virtual passou a ser utilizado em todo tipo de rotina e atividade no cotidiano das pessoas. Mas, não apenas no mundo privado se verifica tal realidade. As repartições públicas também estão, cada vez mais, aderindo a este novo mundo. Em breve, quem não estiver *on line* não vai poder estabelecer nenhum negócio ou participar desta sociedade moderna. Estrear nesse mundo digital, portanto, não é mais uma opção. Utilizar a Internet não é apenas uma questão de diferença ou de estilo social. Passou a ser vital, básico, parte de nossas vidas.

Na mesma direção está o entendimento de Jones Figueiredo ALVES<sup>8</sup>. Explica o Desembargador, ao fazer uma análise de como as ferramentas tecnológicas podem contribuir no funcionamento e modernização da máquina judiciária, que:

*“O mais avançado processo da informação proporcionado pelas tecnologias atuais desenvolve um amplo espectro de conhecimento e uma prodigiosa rapidez de desempenho que se permeiam no simbólico tempo de um mero clique de computador, capaz esse tempo de transportar o homem a novas fronteiras do próprio tempo, onde tempo e espaço ganham novos conceitos”.*

Verifica-se que se as ferramentas eletrônicas da informação não estiverem acessíveis a todos, o decesso de alguns será inevitável, numa sociedade

---

<sup>7</sup> BLUM, Renato Opice (Coord.). **Direito Eletrônico: a Internet e os Tribunais**. Bauru, SP: Edipro, 2001. p 19-22.

<sup>8</sup> ALVES, Jones Figueiredo. As Tecnologias da Informação a Serviço da Modernização do Judiciário. In: REINALDO FILHO, Demócrito (Coord.). **Direito da Informática: aspectos polêmicos**. Bauru, SP: Edipro, 2002. p. 55-62.

bastante competitiva pela capacidade de dispor cada vez mais rápido de um número cada vez maior de informações.

Enquanto a próxima geração da Internet caminha para realizar cirurgias cerebrais, e o usuário médio navega pelo *cyberespace* em alta velocidade, é fundamental considerar, por extrema relevância, o acesso, o tratamento e a disseminação de informações através de tecnologias avançadas, a serviço do cidadão e da sociedade como um todo, respeitados os critérios de garantia dos direitos individuais e coletivos, da privacidade das informações, definindo-se, sobretudo, a garantia de acesso às informações disseminadas pelos serviços da rede.

E as bibliotecas devem se inserir neste contexto. A arte de disseminar e recuperar informações dispõe, atualmente, além dos recursos usuais, daqueles de recuperação a nível mundial, como *www* (world wide web ou web), baseado nos conceitos de hipertexto e hipermedia; mais abrangentes e instantâneos.

E esta é a grande revolução que está acontecendo nas bibliotecas. O surgimento da Internet como fonte de informação, disponibilizando os seus mais diversos serviços, possibilitou o acesso a uma grande quantidade de bases de dados, aos acervos de grandes bibliotecas, às páginas eletrônicas (URLs) de diversos órgãos e instituições, assim como a portais com documentos e informações pertinentes às mais diferentes áreas do conhecimento.

O avanço tecnológico, que possibilita a disseminação da informação por computadores, CD-ROM e outros meios de armazenamento, torna as pessoas cada dia mais exigentes, buscando meios mais eficientes de armazenar e de, principalmente, recuperar a informação. E as bibliotecas devem estar atentas e preparadas para tais situações.

Por exemplo, o excesso de informação disponível na Internet, sem filtragem e tratamento, acarreta grandes dificuldades no processo de busca e recuperação da informação. A esse respeito relatam MARCONDES e GOMES:

*"A Internet, devido ao seu crescimento contínuo e exponencial, é aparentemente caótica, ou seja, não é fácil encontrar-se nela a*

*informação desejada. A quantidade gigantesca de informações disponibilizadas cria um novo problema: a identificação daquelas pertinentes e de interesse para o usuário. Nessa perspectiva, a própria Internet passa a ser o grande acervo a ser organizado. Portanto, e cada vez mais, o trabalho de informação defronta-se com a necessidade de promover o acesso às informações disponíveis na Internet para públicos distintos e específicos."*<sup>9</sup>

Compete ao bibliotecário dominar as novas tecnologias e dar ordem ao caos da informação eletrônica, oferecendo informação com valor agregado, produzindo materiais instrucionais e guias de recursos de informação. Isto não representa novidade para este profissional, uma vez que estas atividades sempre fizeram parte do seu cotidiano. Assim, o papel fundamental do bibliotecário é guiar os usuários através da confusa miríade de informação, tanto em formato eletrônico quanto impresso.

---

<sup>9</sup> MARCONDES, C. H.; GOMES, S. L. R. As bibliotecas e a Internet: aspectos metodológicos da construção de bibliotecas virtuais à luz da experiência do Prossiga. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 18., 1997, São Luís. **Anais...** São Luís: APBEM, 1997. p.3.

## 5. A BIBLIOTECA DIGITAL

Uma das exigências do mundo globalizado é a maior agilidade de acesso a informações através de vários mecanismos. Dispomos entre eles do acesso virtual, que permite a busca e consulta de dados online, sem contato físico.

Diversas são as definições que a literatura apresenta a respeito da palavra digital, muitas vezes usada como sinônimo de virtual.

LEVY<sup>10</sup> explica que “a palavra virtual vem do latim medieval **virtualis** derivado por sua vez de **virtus**, força potência. O virtual tende a atualizar-se, sem ter passado no entanto à concretização efetiva ou formal”.

E continua o autor: “no uso corrente, a palavra virtual é empregada com freqüência para significar a pura e simples ausência de existência, a realidade supondo uma efetuação material, uma presença tangível. O real seria da ordem do ‘tenho’, enquanto o virtual seria da ordem do ‘terás’, ou da ilusão, o que permite geralmente o uso de uma ironia fácil para evocar as diversas formas de virtualização”.

VIANA<sup>11</sup> define a biblioteca digital ou virtual como algo que “está voltado àquilo que, potencialmente, pode ocorrer ou ser realizado, mas que não existe como a coisa concreta. A biblioteca pode ser chamada de virtual quando ela possui as mesmas características de uma biblioteca concreta, mas que ao mesmo tempo não existe fisicamente”.

Para LEVY, citado por BAX<sup>12</sup>, a biblioteca digital é:

---

<sup>10</sup> LEVY, P. **O que é virtual?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

<sup>11</sup> VIANA, M.M.M. A Internet e o bibliotecário : a adequação de habilidades profissionais frente aos novos serviços. Disponível em <http://www.geocities.com/SiliconValley/8504/artigo.htm> . Acesso em 30/04/04.

<sup>12</sup> BAX, M. P. Agentes de interface para bibliotecas digitais: a arquitetura SABIO. In: SEMINÁRIO SOBRE AUTOMAÇÃO EM BIBLIOTECAS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO, 6., 1997, Águas de Lindóia. **Anais...**Águas de Lindóia : UNIVAP, 1997.

*“uma reunião de um ferramental de computação, estoque e comunicação digitais, juntamente com o conteúdo e software necessário para se reproduzir, emular, estender os serviços oferecidos por bibliotecas convencionais baseadas em papel e outros meios de coleção, catalogação e disseminação da informação. Uma biblioteca digital completa deve ser capaz de oferecer todos os serviços essenciais de uma biblioteca tradicional, assim como explorar as bens conhecidas vantagens do estoque, pesquisa e comunicação digital”.*

O conceito de biblioteca digital aparenta algo revolucionário, mas, na realidade ele é resultado de um processo gradual e evolutivo. Nas últimas décadas, o computador tem sido utilizado de forma cada vez mais crescente. Desde os anos 70, muitas bibliotecas implementaram seus catálogos em linha, passaram a acessar bancos de dados, iniciaram o uso regular de CD-Rom para recuperar referências bibliográficas e textos completos de artigos de periódicos, verbetes de enciclopédias e itens de outras fontes de referência. A partir de 1994, por exemplo, com o fenomenal crescimento da Internet, as possibilidades de acessar e recuperar informações aumentaram de forma nunca antes imaginada. No que se refere a projetos de automação de bibliotecas, a ênfase maior foi sempre para os mecanismos de descrição bibliográfica (catálogos e índices), e não no armazenamento e recuperação do próprio conteúdo dos periódicos, livros e outros documentos contidos no acervo.

A idéia de bibliotecas virtuais, conforme relata Marília LEVACOV<sup>13</sup>: *“tem feito surgir diferentes conceitos e sentimentos”*. Para alguns autores significa simplesmente a troca de informações por meio da mídia eletrônica e pode abranger uma grande variedade de aplicativos, como vídeo, áudio, animações, simulações, etc.

Para outros, significa a possibilidade de concretizar a criação de uma rede mundial de todos os documentos da humanidade. Estes documentos, arquivados em uma estrutura universal de dados, poderiam apontar de modo associativo para outros documentos afins.

As bibliotecas virtuais são como grandes catálogos, provedores de informação, uma ampliação da base de pesquisa com acesso a documentos, de

forma cada vez mais fácil. A transformação de uma biblioteca tradicional em virtual, porém, implica em mudanças que não são tão simples. Além de equipamentos, exige profissionais capacitados para gerenciar informações, desenvolver banco de dados e digitalizar documentos.

Segundo REICH e WEISER<sup>14</sup> as bibliotecas eletrônicas são muito mais que somente repositórios de informação. Destacam três funções essenciais às necessidades humanas que devem ser observadas no design da infra-estrutura nacional de informação: a) prover referência para a identidade da comunidade; b) servir como centro da cultura da comunidade; e, c) entrar nas entranhas (minutia) da vida das pessoas, para detectar o que realmente precisam do serviço informacional.

Murilo Bastos da CUNHA<sup>15</sup> explica que: “a biblioteca tradicional é aquela onde a maioria dos itens do seu acervo é constituída de documentos em papel”. Já a biblioteca digital, também conhecida por biblioteca eletrônica ou virtual:

“*implica um novo conceito para a armazenagem da informação (forma eletrônica) e para sua disseminação (independentemente de sua localização física ou do horário de funcionamento)*”, continua o autor citando SAUNDERS<sup>16</sup>.

Neste contexto, surge a questão do papel dos profissionais da informação frente a essas novas tecnologias. Para LEVACOV<sup>17</sup> é importante que os bibliotecários participem do desenvolvimento de ferramentas que permitam aos usuários com diferentes habilidades computacionais, recuperarem as informações desejadas neste novo ambiente informacional complexo.

Ao contrário do que as aparentes facilidades da rede possam sugerir, a intermediação do bibliotecário não é prescindível. Ao contrário, estes profissionais ganham uma importância maior, na medida que, organizar e indexar a informação eletrônica tornou-se uma tarefa indispensável. A intermediação se faz

---

<sup>13</sup> LEVACOV, Marília. Bibliotecas virtuais: (r)evolução? **CIONline**, v. 26, n. 2, 1997. Disponível em <http://www.ibict.br/cionline/260297/26029702.htm>. Acesso em 06/05/04.

<sup>14</sup> REICH, Vicky; WEISER, Mark. Libraries are more than information: situational aspects of electronic libraries. **Serials Review**, v. 20, n.3, p. 31-38, 1994. Disponível em: <http://www.uiq.com/hypertext/weiser/SituationalAspectsofElectronicLibraries>

<sup>15</sup> CUNHA, Murilo Bastos da. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 257-268, set./dez. 1999.

<sup>16</sup> SAUNDERS, Laverna. The virtual library today. **LAMA**, v.6, n. 2, spring 1992.

<sup>17</sup> LEVACOV, Marília. op. cit.

presente nas tarefas pertinentes ao bibliotecário, tanto neste espaço, o virtual, como no outro, o tradicional.

Nas bibliotecas virtuais, talvez mais do que nas tradicionais, o treinamento do usuário no uso das ferramentas adequadas e em mecanismos de estratégias de busca são fundamentais. A euforia inicial com a www criou a idéia de que cada usuário pode ser um bibliotecário de referência. LEVACOV<sup>18</sup> estima que apenas cerca de 1% da informação arquivada no mundo encontra-se em formato digital. O restante representa um desafio para os profissionais da informação em termos de ferramentas, políticas de acesso e habilidades profissionais para criar uma verdadeira biblioteca universal. O mundo precisa de bibliotecários para realizar isto, conclui a autora.

Algumas iniciativas já são realidade, no Brasil, quanto a orientações estratégicas para a implementação de bibliotecas virtuais no país. Elas são desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho de Bibliotecas Virtuais - GTBV<sup>19</sup>, criado em 1996, e recomendam uma *"profunda transformação, tanto no funcionamento das tradicionais bibliotecas como na prática do profissional da informação."*

Os objetivos do GTBV são:

a) fortalecer os processos de coleta, organização e disponibilização na Internet da informação gerada no país. Apoiar iniciativas, projetos e atividades que visem a geração de metodologias, instrumentos e outros mecanismos que possibilitem o cumprimento da meta.

b) Contribuir para a conexão das bibliotecas, centros e serviços de informação brasileiros à Internet, a fim de efetivar sua presença e participação ativa na Rede.

c) Apoio ao desenvolvimento do profissional da informação. Enfatizar a atualização das práticas profissionais às mudanças contínuas causadas pelas novas tecnologias da informação.

---

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Mais informações sobre o GTBV estão disponíveis na URL: <http://www.cg.org.br/gt/gtbv/>



Verifica-se, atualmente, que as mudanças nos tipos de serviços propostos pelas diferentes bibliotecas ultrapassam a barreira tradicional das quatro paredes e ganha dimensões da globalização na era da virtualização. E, certo é que essas organizações dependem essencialmente desta virtualização, ou seja, das alterações que ela traz nas concepções de espaço (desterritorialização) e de tempo. As bibliotecas digitais, como organizações da informação que são, devem funcionar como um elo de integração entre bibliotecas e seus usuários através dos recursos da telemática.

Dos serviços virtuais da informação espera-se um maior grau de informações organizadas para facilitar o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico. O planejamento constante do uso das tecnologias da informação, da capacitação do profissional (idioma, estratégias de recuperação, trabalho interdisciplinar e global) e do conhecimento das necessidades dos usuários são condições fundamentais para implantação e melhoria da qualidade de serviços nas bibliotecas.

### 5.1 Construção de uma Biblioteca Digital

Conforme explica SAFFADY<sup>20</sup>, os conceitos e as tecnologias da biblioteca digital provêm um enfoque completamente computadorizado ao armazenamento e à recuperação dos materiais bibliotecários.

O professor Murilo Bastos da Cunha<sup>21</sup> alerta que:

*“A introdução de processos digitais nos diversos serviços comumente existentes numa biblioteca já está provocando impactos, com reflexos positivos e negativos, nas funções e serviços de uma biblioteca. Não existe uma estratégia única a ser empregada na implementação de uma biblioteca digital”.*

Atualmente tem-se presenciado a difusão da Internet em diversos meios sejam eles institucionais, acadêmicos ou comerciais, sendo que em todos estes, pode-se perceber que o uso desta Nova Tecnologia de Informação (NTI) está

---

<sup>20</sup> SAFFADY, William. Digital libraries. **Library Technology Report**, v. 31, n. 3, may./jun. 1995. p. 224.

<sup>21</sup> CUNHA, Murilo Bastos da. op. cit., p. 258.

acarretando diversas mudanças e preocupações. Dentre algumas preocupações pode-se citar: como serão as bibliotecas do futuro, qual a função do bibliotecário no novo milênio, como proteger os direitos autorais do autor, como resguardar o direito de acesso às informações do leitor, quem é o dono da informação que está disponível na rede, entre outras.

Um estudo realizado pelo autor retromencionado<sup>22</sup>, aponta alguns pontos considerados essenciais na implementação de uma biblioteca digital. São eles:

- Instalações físicas;
- Aquisição, desenvolvimento de coleções e comutação bibliográfica;
- Catalogação, classificação e indexação;
- Periódicos;
- Referência;
- Preservação da informação;
- Recursos tecnológicos.

E continua o professor declarando que o tema Biblioteca Digital tem sido cada vez mais discutido nas literaturas da área de Ciência da Informação e de Informática. Diversos projetos de implementação já foram concretizados em diversos países. Em alguns lugares, estão ainda em fase de implantação, convivendo a biblioteca tradicional com a futurística biblioteca digital. Tal situação é muito comum hoje no Brasil.

Para que essa transição seja feita com sucesso, Murilo Bastos da CUNHA<sup>23</sup> sugere alguns componentes necessários, como:

a) Coleção básica – existe uma tendência, atualmente, na redução do número de assinaturas de periódicos e, ao mesmo tempo, um incremento nas transações de comutação bibliográfica. Contudo, como os documentos em forma digital e em texto completo ainda são caros para comprar, a coleção básica, em papel, continua sendo um componente importante.

b) Infra-estrutura eletrônica – são os equipamentos e programas relacionados à conectividade com a rede local e/ou redes de maior abrangência geográfica, bem como ao acesso à Internet.

---

<sup>22</sup> Idem, p. 259-266.

<sup>23</sup> Idem, p. 267-268.

c) Acesso remoto aos documentos – o aumento da velocidade de transmissão de dados e o crescimento de acervos digitais facilitaram a rápida identificação e acesso ao texto integral do documento.

d) Equipe treinada – o novo ambiente digital exige uma equipe mais bem treinada no uso dos diversos equipamentos e programas. São, também, importantes o conhecimento de língua estrangeira para acessar sites no exterior. O ambiente, nessa era digital, é inevitavelmente, cada vez mais internacional.

e) Definição do usuário da informação digital – definir o que ele quer. Na realidade, a resposta já é conhecida: informação rápida e relevante. Relevante em primeiro lugar, e rápida, se possível.

Segundo BEZY<sup>24</sup>, as principais funções que concorrem para o desenvolvimento de um projeto de criação de uma biblioteca digital são:

a) Criação e captura – envolve os processos de análise e definição dos objetos a serem disponibilizados. Estes objetos podem ser produzidos originalmente sob forma digital (documentos produzidos por editores de texto, por exemplo), ou passarem por um processo de digitalização (por exemplo, um manuscrito). Assim, a criação envolve a disponibilização de um documento sob forma digital e a captura, a transformação de um documento do formato não-digital para o digital.

b) Gerência e armazenamento – o armazenamento no formato digital envolve sempre grandes objetos em quantidade sempre crescente e que devem ser preservados indefinidamente. Esta função envolve a definição de mecanismos de armazenamento que, por razões de performance, devem prever a distribuição dos objetos em múltiplos servidores e o mais próximo possível dos usuários. Além disto, é necessário definir procedimentos de back-up automático e prover recursos de migração para novas tecnologias.

c) Busca e acesso - a indexação de objetos no formato digital normalmente é feita utilizando-se bases de dados separadas, para os índices e para os objetos físicos. Estes índices, além de permitir a pesquisa por elementos tradicionais de identificação dos objetos, tais como autores, títulos, assuntos,

---

<sup>24</sup> BEZY, Michel M. Digital libraries for large multimedia collections. Disponível em: <[www.software.ibm.com/is/dig-lib/dlip.htm](http://www.software.ibm.com/is/dig-lib/dlip.htm)> Acesso em: 02/07/1996.

abstracts e palavras-chaves, devem permitir, também, pesquisa no conteúdo dos objetos, como por exemplo, no texto completo (full text), conteúdo das imagens (cor, forma, textura, etc). Deve-se definir se a biblioteca digital conterá somente links para o seu acervo, ou se conterá também índices para dados virtuais em outras bibliotecas digitais. As ferramentas de consulta devem prever a utilização da lógica booleana, pesquisa em linguagem natural, parâmetros fonéticos e técnicas de inteligência artificial.

d) Distribuição – esta função trata do planejamento da infra-estrutura física de comunicação necessária para que as bibliotecas digitais possam prover acesso a todos os seus objetos digitalizados, por qualquer pessoa, a qualquer hora e de qualquer lugar.

e) Tratamento de direitos autorais - estabelece mecanismos de proteção dos documentos contidos em bibliotecas digitais, prevendo critérios para acesso integral ou parcial a objetos digitalizados, mecanismos para liberação de cópias, remuneração dos autores, etc. Atualmente, este é um dos temas que envolve grande discussão.

As principais características de uma biblioteca digital são, segundo expõe Murilo Bastos da CUNHA:

- “a) acesso remoto pelo usuário, por meio de computador conectado a uma rede;*
- b) utilização simultânea do mesmo documento por duas ou mais pessoas;*
- c) inclusão de produtos e serviços de uma biblioteca ou centro de informação;*
- d) existência de coleções de documentos correntes onde se pode acessar não-somente a referência bibliográfica, mas também o seu texto completo;*
- e) provisão de acesso em linha a outras fontes externas de informação (bibliotecas, bases de dados, etc);*
- f) utilização de maneira que a biblioteca local não necessite ser proprietária do documento solicitado pelo usuário;*
- g) utilização de diversos suportes de registro da informação.”*

## **6. A BIBLIOTECA DIGITAL JURÍDICA - BDJur**

### **6.1. Metodologia para construção**

A construção da Biblioteca Digital Jurídica - BDJur deverá tomar por base as especificações e diretrizes determinadas pelo software a ser usado na implementação da base de dados. O software escolhido, após intensa pesquisa, foi o DSpace, a ser detalhado mais adiante (item 6.6).

Na realidade, a implantação da BDJur está diretamente condicionada à customização do programa DSpace, um software livre, que deverá ser trabalhado e modificado de acordo com as necessidades e a realidade que se pretende atender com tal serviço.

A customização do referido programa envolve a sua adequação em relação a certos requisitos especificados neste projeto. A sua aceitação dependerá da satisfação destes requisitos durante os testes a serem realizados num projeto piloto. Não significando que, caso o programa escolhido (DSpace) não se mostre satisfatório, a opção por outro venha a invalidar o conteúdo deste trabalho.

Portanto, é aconselhável que a implementação da BDJur seja feita por bibliotecários sob orientação da equipe da Informática designada para acompanhar a criação da base, conhecedores do ambiente Internet e das linguagens de programação necessárias à customização do referido programa.

Justifica-se esta afirmação da seguinte forma:

- A BDJur estará disponível na Internet/Intranet, i.e., todas as atividades relativas ao gerenciamento da base (depósito de

documentos, processamento, indexação, etc.) e a própria consulta ocorrerão em ambiente web.

- É imprescindível que se tenha conhecimento da linguagem HTML (HiperText Markup Language), Java, MySQL, Plataforma Linux, entre outros especificados no software a ser adotado.
- Conhecimento em desenvolvimento de software livre.
- Todos os documentos digitalizados que irão integrar a BDJur deverão ser convertidos para o formato HTML .
- Orientação da sistemática de digitalização dos documentos que irão integrar a BDJur.
- A própria customização do software, gerenciador da BDJur, i.e., desenvolvimento do sistema de acordo com a realidade do Superior Tribunal de Justiça
- E outras funcionalidades que forem surgindo durante a implantação da BDJur.

## **6.2. Etapas**

A implantação deste projeto envolverá as seguintes etapas:

- Definição do acervo integrante (busca e seleção das informações que ficarão disponíveis na DBJur);
- Definição dos serviços que serão oferecidos;
- Definição do público alvo a ser atendido;
- Escolha do software de gerenciamento da BDJur;
- Demarcação dos padrões e infra-estrutura tecnológica para o desenvolvimento e gerenciamento da BDJur;

- Verificação da sistemática de digitalização dos documentos a integrarem a BDJur;
- Estudo dos direitos autorais para dar garantia e fundamentação legal aos documentos divulgados na BDJur;
- Divulgação da Bjur.

### **6.3. Acervo da BDJur**

Os acervos que compõem a BDJur são formados por documentos digitais, tais como: documentos integrantes do acervo da biblioteca tradicional digitalizados, documentos produzidos originalmente em formato eletrônico (CD-Rom, DVD, etc), arquivos de som, imagem, URLs (sites), entre outros.

Esses acervos englobam doutrina, legislação, jurisprudência, divulgação de palestras, cursos e demais materiais de interesse institucional e pertinentes às atividades do Superior Tribunal de Justiça e órgão do Poder Judiciário nacional.

Para armazenamento dos documentos digitais na BDJur será adotada uma política de definição dos formatos suportados pelo sistema, garantindo a fidelidade e preservação do conteúdo do documento.

A divulgação dos documentos eletrônicos se respaldará na legislação autoral vigente, respeitando todos os direitos dela decorrente.

### **6.4. Serviços que integrarão a BDJur**

A seguir são analisados os serviços previstos para serem integrados à BDJur na primeira fase do programa.

## **I - Coleções de Documentos Digitais**

Engloba os documentos recebidos em meio eletrônico, ou documentos em papel convertidos para o meio digital. Aqui se incluem os periódicos e livros eletrônicos, palestras proferidas, vídeos, cursos, treinamentos, fotos, sons, imagens, entre outros de interesse na área jurídica.

Nesta etapa, serão também digitalizados e incorporados à BDJur os documentos mais solicitados no setor de pesquisa e atendimento da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, do Superior Tribunal de Justiça, com o intuito de facilitar futuros pedidos e recuperação de tais obras pelos usuários internos do tribunal. No lugar de enviar os documentos desejados pelos usuários internos para cópia, eles serão encaminhados para digitalização, podendo ser enviados aos solicitantes por meio eletrônico (e-mail).

## **II - Apontadores para sites relevantes e de interesse jurídico**

Será realizado um levantamento das páginas eletrônicas dos órgãos governamentais, entidades privadas, instituições de ensino, livrarias, editoras e outros órgãos relevantes para o Superior Tribunal de Justiça e o Poder Judiciário (Anexo 1 – este sub-projeto está ainda em fase de elaboração).

Neste levantamento serão, principalmente, analisados e identificados os serviços eletrônicos oferecidos pelos órgãos públicos, de interesse para os operadores do Direito. As *home pages* serão minuciosamente estudadas, a fim de levantar todos os serviços e produtos que os órgãos oferecem à comunidade, rastreando os caminhos e apontando-os aos usuários, procurando assim facilitar o acesso a todas essas informações.

Quanto aos *sites* de entidades privadas o intuito é buscar e divulgar apenas aqueles que oferecem publicações na íntegra, ou que indiquem como consegui-las, servindo de apontadores. Assim, o usuário poderá ter acesso à informação desejada de forma completa e imediata.



### **III - Repositório Institucional da Produção Intelectual dos Ministros do STJ**

É uma das atribuições da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, segundo dispõe o Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, no art. 45, III:

*“III – manter, junto à Biblioteca, serviço de documentação (...) com pasats individuais, contendo dados biográficos e bibliográficos dos Ministros”.*

Portanto, em consonância com a disposição regimental, a BDJur irá manter pastas virtuais com informações e produção intelectual dos Ministros da Casa (Anexo 2).

Assim, será realizado um contato com todos os Ministros da ativa e os aposentados que continuam atuando na área do Direito para que eles se comprometam a enviar, por meio eletrônico, à Seção de Informação Digital do STJ, as obras que vierem a escrever, para integrar a Biblioteca Digital Jurídica. Servirá, desta maneira, como depósito da produção intelectual do próprio tribunal.

Buscar-se-á divulgar, ainda, na BDJur as notícias sobre os Ministros e o Superior Tribunal de Justiça veiculadas nos jornais, revistas, TV e rádio. Estas serão enviadas pela Coordenadoria de Comunicação Social, unidade do tribunal responsável pelo levantamento e divulgação de tais informações.

### **IV - Repositório de obras jurídicas de juristas renomados**

Na mesma linha do Repositório dos documentos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, será, também, criado um repositório com juristas renomados (Anexo 2). A lista destes juristas será escolhida por um Comitê Editorial composto por Ministros da Casa. Sugere-se, aqui, que tal Comitê seja formado pela própria Comissão de Documentação, composta por 4 Ministros, que irá indicar os juristas a integrarem o repositório e a análise dos documentos enviados para depósito na base.

## **V - Repositório Jurisprudencial dos Tribunais Superiores do MERCOSUL**

Este serviço visa disponibilizar num único portal o acesso aos entendimentos das Cortes Superiores dos tribunais dos países integrantes do MERCOSUL. Pretende-se entrar em contato com estas Cortes visando firmar um acordo de envio das jurisprudências a integrarem a BDJur. Tal sistema irá possibilitar uma pesquisa comparada unificada entre as decisões de todos esses tribunais a respeito de um determinado assunto. Este sub-projeto está em fase de desenvolvimento.

## **VI - Fórum Jurídico – lista de discussão do Judiciário**

O Fórum visa abrir um canal de discussão e troca de informações jurídicas e processuais entre os Gabinetes de Ministros do Superior Tribunal de Justiça, no modelo descrito no Anexo 3.

## **VII - Divulgação de uma revista eletrônica jurídica interativa do STJ – “Diálogo Jurídico”**

*“Diálogo Jurídico”* - Seguindo os moldes dos *Opens Archives*, este *Open Journal* Jurídico visa a confecção de uma revista eletrônica de doutrina e jurisprudência dos Ministros do STJ, com lista de discussão entre eles e renomados juristas nacionais, visando a troca de informações entre os magistrados da casa e os juristas sobre temas polêmicos da atualidade .

No final, após as discussões feitas, será divulgada, por meio eletrônico, esta revista eletrônica interativa do STJ, com divulgação na Internet e Intranet. Tal sub-projeto está em fase de elaboração.

**VIII - Demais serviços que forem solicitados pelas outras seções da Biblioteca ou outras unidades do tribunal, que estejam dentro do propósito da Seção de Informação Digital (SEINDI).**

### **6.5. Cliente Virtual**

Com o advento das bibliotecas virtuais e das redes de comunicação, tornou-se necessária a redefinição dos usuários, dos clientes desses sistemas de informação. Sueli Mara S. P. FERREIRA<sup>25</sup> explica que este momento gira em torno da resposta a certas questões, como:

*“Quem são os atuais usuários da rede e dos sistemas de informação? Como e por que os estão utilizando? Quais as suas características? E, principalmente, como projetar sistemas e serviços que efetivamente satisfaçam a atual demanda?”*

A adoção das atuais tecnologias de informação tem desencadeado diversos estudos sobre o comportamento dos usuários frente aos serviços oferecidos. Verifica-se que a tendência é buscar, cada vez mais, serviços interativos, personalizados e relevantes.

Interativo, no sentido de que deve buscar a utilização de todos os recursos tecnológicos disponíveis para estimular e promover a participação da clientela, tanto na utilização como na produção e avaliação das informações inseridas nos serviços de informação oferecidos.

Personalizados, pois devem esses serviços estar comprometidos com grupos específicos de comunidades, tratando de identificar as necessidades intrínsecas dos usuários, “customizando”, i.e., personalizando produtos e serviços em função de pessoas ou grupos.

Por fim, relevantes, porque devem satisfazer as expectativas do usuário.

A análise desses três aspectos leva a uma reavaliação do próprio conceito de informação, pois ela só tem sentido quando integrada a algum contexto.

A informação por si só é um dado incompleto, é o usuário que lhe atribui algum sentido a partir de seu interesse.

A nova realidade virtual com os novos sistemas eletrônicos agiliza a informação em quantidades e velocidades inimagináveis através do cyberspaço, mas as evidências mostram que os usuários não estão preparados para atuar neste espaço, continuam fazendo as coisas da mesma maneira que nos sistemas tradicionais de informação. Perpetua-se a idéia de que eles são ineptos a atuar frente à estrutura de informação estabelecida. Continuam a recorrer aos profissionais da informação para auxiliar nas buscas pelo que deseja. Assim, torna-se essencial detectar o ponto central do assunto que o usuário deseja.

Estudos a respeito de bibliotecas virtuais demonstram que no momento de sua construção, deve-se ter uma interface eletrônica contendo diálogos baseados em uma metodologia capaz de conseguir fazer com que a pessoa participe de uma entrevista claramente articulada para obter informações que sejam para o seu benefício. Tais entrevistas levam a um melhor conhecimento do público alvo, fazendo com que através de suas necessidades pessoais seja definido o sistema, tornando-se assim mais útil.

Portanto, as modernas bibliotecas digitais/virtuais devem ser projetadas sempre centradas nas necessidades de seus usuários, e a estas sempre vinculadas.

Na realidade, o usuário virtual não é um fenômeno novo para as bibliotecas. Eles já apareciam quando usavam a biblioteca pelo uso do telefone, fax, correio, catálogos on line, O que inova é o rápido aumento de usuários que acessam os recursos informacionais de maneira remota.

Para COOPER<sup>26</sup>, o usuário remoto é definido como:

*“todo acesso eletrônico individual aos recursos da biblioteca realizados de um site externo, caracterizado pela distância física ou vínculo acadêmico”.*

Por serem invisíveis, estes usuários não são considerados por muitos sistemas de informação, que continuam administrando recursos informacionais centrados no usuário presencial.

---

<sup>25</sup> FERREIRA, Sueli Mara S.P. Design de biblioteca virtual centrado no usuário. **CIOOnline**, v. 26, n.2, 1997. Disponível em <http://www.ibict.br/>. Acesso em 17/05/04.

No contexto atual, em que as bibliotecas estão em processo de virtualização, necessário se faz definir quem é o usuário presencial e o virtual, o que, como e quando oferecer, ou seja, redefinir formas de atuação, pois invisíveis ou não, as necessidades e expectativas destes usuários são claras: estão motivados e a procura de informações, rápidas e instantâneas.

São estas mudanças que direcionam radicalmente a forma de atuação e estruturação dos serviços das bibliotecas tradicionais, consideradas, até então, como mero depósito de fontes de informação. O aumento na procura por informação associada às novas tecnologias na área faz com que as bibliotecas tradicionais comecem a pensar em implementar bibliotecas digitais, habilitando seus usuários a um nível de auto suficiência no uso de fontes e redes de informação e capacitando-os a acessar informações de múltiplos pontos.

Neste contexto, o foco da biblioteca orientada ao usuário remoto deve considerar questões como flexibilidade, adaptabilidade às novas mídias e ao perfil do novo usuário virtual, cooperação, rapidez e eficiência.

A Biblioteca Digital Jurídica – BDJur pretende centrar as questões operacionais de sua implantação nas necessidades informacionais detectadas nos produtos e serviços oferecidos na home page da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, do Superior Tribunal de Justiça, aos seus usuários. A partir daí, aliados aos novos recursos proporcionados pelas inovações tecnológicas, buscar-se-á ampliar o canal de divulgação e comunicação com os usuários, de forma mais rápida e completa, tornando-se assim mais democrática, efetiva e eficaz.

Não esquecendo que os usuários da BDJur concentram seu interesse informacional na área do Direito ou demais áreas afins. Portanto, os clientes virtuais deste serviço eletrônico englobam os magistrados do próprio Superior Tribunal de Justiça e dos demais tribunais, advogados, servidores internos, operadores do Direito, juristas, estudantes, etc. Em suma, posto que o acesso à maioria dos produtos e serviços da BDJur é irrestrito e gratuito, os clientes serão definidos não em relação à sua qualidade pessoal, mas em relação ao interesse pela área jurídica.

---

<sup>26</sup> COOPER, R. et al. Remote library users: needs and expectations. **Library Trends**, v. 47, n. 1, p. 42-64. Summer 1998.

## 6.6. Padrões e infra-estrutura tecnológica

Para a implantação e implementação da Biblioteca Digital Jurídica – BDJur é necessário o suporte de um software que possibilite a integração de todos os recursos que a base visa englobar e possibilitar, assim, o seu acesso. Para tanto, foram analisados alguns programas que já estão sendo adotados por algumas bibliotecas digitais no Brasil e no estrangeiro.

Ficou decidido, desde o início, que a análise se concentraria em softwares livres, de acesso aberto e gratuito. A razão disso é econômica, tecnológica e em relação à acessibilidade. Econômica porque o **Software Livre** (Free Software), na maior parte das vezes, tem a sua disponibilidade, acesso e distribuição gratuita. Tecnológica, pois se trata de uma ferramenta que acompanha e inclui todas as inovações de engenharia de softwares do mercado. Mas o maior peso é em relação à acessibilidade, pois é um software disponível com a permissão para qualquer um usá-lo, copiá-lo, e distribuí-lo, seja na sua forma original ou com modificações, seja gratuitamente ou com custo.

O software livre tornou-se nos últimos anos uma alternativa econômica e financeiramente viável ao software proprietário e a sua política abusiva de renovação constante de licença e atualização de hardware. O software livre passa a ser uma solução para as milhões de cópias de software piratas que existem espalhados pelo Brasil e pelo mundo. O software livre não tem "um dono", ou seja, não há uma grande empresa de software por trás. Todos que decidem usar um software livre devem seguir suas regras na qual um software livre não pode deixar de ser livre, pode ser copiado sem que isso seja pirataria e pode ser alterado já que o código fonte é aberto para todos. Talvez a única restrição é que ele não pode deixar de ser livre.

É importante não confundir software livre com software grátis porque a liberdade associada ao software livre de copiar, modificar e redistribuir, independe de gratuidade. Existem programas que podem ser obtidos gratuitamente mas que não podem ser modificados, nem redistribuídos. No caso em questão, optou-se por

softwares livres e gratuitos, por facilitar a sua aquisição e não envolver procedimentos de compras demoradas pelo Serviço Público.

Abaixo está a relação dos softwares analisados e breves comentários a respeito de cada um.

- **Nou Rau** – programa adotado pela Universidade de Campinas (UNICAMP) na sua Base de Dissertações e Teses dos cursos de Pós-graduação. O programa é de acesso fácil, porém quanto ao processamento dos documentos que integram a base verificou-se uma limitação nos padrões de metadados usados. Não segue o número mínimo de 15 previstos pelo padrão internacional Dublin Core.
- **Phronesis** – usado pela Universidade de Monterrey, no México. Também de acesso e uso fácil, entretanto sua versão é em espanhol e o programa não é interoperativo, i.e., não permite a integração entre os diferentes módulos e recursos que devem integrar uma biblioteca digital. O padrão de metadados utilizado também é limitado, não permitindo a descrição detalhada do documento.
- **Greenstone** – programa desenvolvido pela Universidade de Waikato / Nova Zelândia em cooperação com a UNESCO. Muito bem aceito pela comunidade de informação. Tem versão em inglês, francês, espanhol e russo. A versão em português está, ainda, em fase de desenvolvimento. A consulta é bem fácil, porém o processo de instalação é complicado, necessitando de um técnico de informática para seu efetivo desenvolvimento. Funciona tanto em plataforma Windows como Unix. A opção pela sua não escolha se deu pelo fato de não ter versão em português. Necessitaria de customização para sua tradução.
- **Dspace** – programa desenvolvido pelo MIT / USA. É um sistema que possibilita o armazenamento, divulgação e

recuperação de todo tipo de material em formato digital. Já possui uma versão em português, customizada pela Universidade do Minho, Portugal; por quem nos foi fornecida uma cópia para instalação e possibilitar a criação da BDJur. Uma das dificuldades verificadas foi que o programa só funciona em plataforma Unix e sua customização depende de linguagem JAVA. Assim, a dependência do setor de informática é grande.

Diante dos programas analisados, após inúmeras pesquisas e informações por quem já os adota, chegou-se à escolha do software DSpace. Além de já estar em versão em português, o programa possibilita o desenvolvimento de diversos produtos e a interface é bastante amigável, o que irá facilitar a consulta por parte dos usuários virtuais quando da implantação da BDJur.

A doutrina especializada aponta o DSpace como um programa diferente dos outros por ser o primeiro repositório a fornecer uma infinidade de saídas para diversos arquivos multidisciplinares. Isto inclui diferentes políticas de acesso, possibilidade de armazenamento de uma imensa variedade de formatos digitais produzidos atualmente e o uso de uma complexidade de padrões de metadados necessários para acomodar e possibilitar o acesso aos formatos digitais suportados pelo sistema. A arquitetura do programa é flexível, possibilitando a sua plena customização, i.e., a configuração dos aplicativos da forma mais indicada ao usuário que se pretende atender.

O Dspace é um software livre que tem por especificações<sup>27</sup>:

- Sistema operacional: Unix;
- Linguagem do aplicativo: JAVA;
- Banco de dados : PostgreSQL ou MySQL;
- Aplicativo para desenvolvimento web;
- Tutorial: Apache Tomcat Servlet;



- Produção home page: Dreamweaver
- Linguagem para acesso a banco de dados : HTML
- Linguagem para marcação de texto: XML
- Uso de metadados seguindo o padrão Dublin Core
- Interface com o usuário: ambiente world wide web (www).

Inicialmente, um estudo piloto será feito com o uso do referido software (sub-projeto em fase de elaboração). Assim, alguns testes serão realizados com o intuito de corroborar a escolha do programa. Importante ressaltar que a insatisfação pela escolha do DSpace não invalidará o presente projeto. Os estudos já efetuados poderão, perfeitamente, serem aproveitados em relação a outro possível programa a ser adotado pela BDJur.

## **6.7. Sistemática de digitalização**

Um dos recursos que irá ser integrado na BDJur é o texto completo de certos documentos (capítulos de livros e artigos de periódicos) pertencentes ao acervo tradicional da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva.

Para os procedimentos de indexação, busca e acesso a este acervo digital optou-se por utilizar as funcionalidades existentes no sistema de gerenciamento de bibliotecas ALEPH, já implantado e usado na Biblioteca. Assim, os documentos já processados e incluídos na referida base de dados terão um link imagem (apontador eletrônico) para o respectivo texto digitalizado.

Dentre as alternativas pesquisadas para o processo de digitalização de documentos, avaliou-se dois procedimentos distintos:

---

<sup>27</sup> Informações mais detalhadas sobre o programa Dspace podem ser encontradas no Anexo IV.

a) Digitalização da obra como imagens, e conversão destas em textos através do reconhecimento ótico de caracteres (OCR), para finalmente transformá-lo em documento HTML;

b) Criação de arquivos de imagens (JPG), contendo as páginas da obra e mantendo o layout original da publicação, sem conversão para texto.

Para avaliar as vantagens e desvantagens relacionadas a cada um dos processos, tomou-se como parâmetro alguns pontos que devem ser considerados:

- ✓ necessidade de edição ou reformatação do texto após a digitalização;
- ✓ disponibilidade do texto para pesquisas full-text;
- ✓ posterior codificação do texto no formato HTML;
- ✓ recursos disponíveis para realização do processo;
- ✓ se o tamanho dos arquivos é um fator crítico, tanto para armazenagem, quanto para transmissão e recuperação.

Após estudos preliminares realizados em alguns documentos, chegou-se às seguintes conclusões sobre cada um dos processos:

### **I. Com OCR (disponibilização do texto)**

- ✓ Possibilidade de edição e manipulação do texto das obras;
- ✓ Possibilidade de realização de pesquisas full-text;
- ✓ Processo de digitalização é demorado e trabalhoso;
- ✓ Necessita pouco espaço para armazenagem das obras digitalizadas.

### **II. Disponibilização do documento como IMAGEM**

- ✓ Impossibilidade de edição e manipulação do texto das obras;
- ✓ Impossibilidade de realização de pesquisas full-text ;
- ✓ Processo de digitalização simplificado e rápido;
- ✓ Ocupa grande espaço para armazenagem da obra digitalizada (20 vezes mais que textos) .

No contexto geral do projeto em questão, a realização de pesquisa full-text é necessária, e é um objetivo a ser alcançado. Nesta primeira etapa, porém não será contemplada, em virtude de que serão utilizadas somente as funcionalidades do sistema ALEPH. Porém, o que se constitui em fator determinante na escolha da primeira alternativa foi o fato de que a velocidade de transmissão de dados no Brasil ainda não atinge os padrões desejados para transferência de arquivos de imagem, fato que não ocorre com arquivos no formato texto por possuírem tamanho menor. Portanto, decidiu-se proceder à digitalização das obras mediante o reconhecimento ótico dos caracteres (OCR) e posterior transformação no formato HTML.

## **6.8. Direitos Autorais**

O nascimento e a ampliação vertiginosa da Internet no Brasil traz à baila uma questão controvertida aos doutrinadores e estudiosos do Direito no campo dos Direitos Autorais, qual seja, a proteção legal a todo e qualquer tipo de criação intelectual veiculada através da rede.

A facilidade em disponibilizar, pela Internet, conteúdos, informações, bases de dados ou qualquer outro tipo de criação intelectual se entrelaça, igualmente, com a simplicidade na produção e edição de cópias de tais criações, em detrimento ao direito de seus autores.

Para muitos, a princípio, pode parecer que a Internet e o meio eletrônico como um todo, seja uma "terra sem lei", um verdadeiro "velho oeste", onde tudo é permitido, o que faz com que diversos sites violem a proteção autoral que gozam as informações veiculadas na rede, e que, futuramente, trará aos nossos tribunais delicadas e complexas lides, envolvendo vultosas indenizações.

E realmente, a Internet não é, não foi e nunca será essa "terra sem lei", gozando, toda e qualquer criação intelectual de proteção legal, ensejando

indenizações aos seus autores e titulares, seja no campo moral, seja no campo patrimonial, independentemente do meio que a suporta (eletrônico ou tangível).

Os advogados paulistas Marcos Gomes da Silva Bruno e Renato M. S. Opice Blum explicam que:

*“A proteção aos direitos do autor e dos titulares de criação intelectual é conferida pela Lei 9.610/98, a qual, em seu artigo 7º, inciso XIII, dispõe que **“são obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro”**, tais como as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de conteúdo, constituam uma criação intelectual”<sup>28</sup>.*

Como se percebe, a redação da Lei de Direitos Autorais prima pela perfeição ao dispor que são protegidas quaisquer criações do espírito, sejam elas expressas por qualquer meio, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro. Assim, sem sombra de dúvidas, o meio eletrônico (e.g. Internet) está inserido na proteção legal vigente, sendo perfeitamente cabível a reivindicação dos direitos autorais violados através desse meio.

Ressalte-se, ainda, que tal entendimento já é corroborado por alguns doutrinadores do campo dos Direitos Autorais, *in verbis*:

*“Os meios de comunicação ampliaram-se. Mas essa amplitude não pode justificar ou servir como elemento para violar o direito do autor. O espaço cibernético, por exemplo, não é um caminho livre e desocupado à disposição de todos e para tudo. Ele passa por portas delimitadas e perfeitamente controláveis<sup>29</sup>”* (PLÍNIO CABRAL).

*“A Internet é uma grande rede de computadores que permite a qualquer um deles entrar em comunicação com qualquer outro a ela conectado. A comunicação de todo tipo de criação intelectual entre as diversas pessoas recoloca com intensidade a importância da propriedade intelectual (...) O uso de uma obra qualquer na Internet que seja protegida pela legislação de copyright estará formalmente sujeita às regras de cada país e aos acordos e*

<sup>28</sup> BRUNO, Marcos Gomes da Silva; BLUM, BLUM, Renato M. S. Opice. **A Internet e os Direitos Autorais**. Disponível em <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=2020> . Acesso em 6/06/2004.

<sup>29</sup> CABRAL, Plínio. **A Nova Lei de Direitos Autorais**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

*Convenções Internacionais.*<sup>30</sup> (JOÃO WILLINGTON e JAURY N. DE OLIVEIRA).

Obviamente, a Lei 9.610/98 visa a proteção de qualquer tipo de criação intelectual, motivo pelo qual, em seu artigo 7º, utilizou o legislador a expressão "criações de espírito", e, especificamente, "coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de conteúdo, constituam uma criação intelectual".

Assim, a questão do direito autoral no ciberespaço, especialmente no que concerne a proteção do material veiculado e dos direitos de criação na rede mundial computadores, deve ser analisada, segundo Gilberto Marques BRUNO<sup>31</sup>, com base nos instrumentos legais e institutos de direito já existentes, como a Constituição Federal brasileira e a Lei de Direitos Autorais.

O que importa para o campo do direito autoral, é que todas as criações do espírito, frente ao caráter da originalidade, produzidas, armazenadas e distribuídas, quer seja no mundo real, quer seja no mundo virtual, produzem os mesmos efeitos, e como tais, se encontram sob a tutela da proteção do direito de autoria, sendo pois insuscetível de relevância, a forma ou o meio que será adotado para a exteriorização da obra intelectual, seja ele conhecido por todos ou mesmo aqueles que poderão surgir futuramente.

Para abordar as hipóteses de reprodução e/ou publicação de obras praticadas indevidamente, Gilberto Marques BRUNO<sup>32</sup> chama a colação, algumas das seguintes definições constantes no *artigo 5.º da Lei n.º 9.610/98*, importantes para análise do efeitos de proteção aos direitos do autor de obra intelectual:

**“Publicação:** *consiste no oferecimento de obra literária, artística ou científica ao conhecimento do público, com o conhecimento do autor, ou de qualquer outro titular de direito do autor, por qualquer forma ou processo (Inciso I); Reprodução :* *a cópia de um ou vários exemplares de uma obra literária, artística ou científica ou de um fonograma, de qualquer forma tangível, incluindo qualquer*

<sup>30</sup> WELLINGTON, João; OLIVEIRA, Jaury N. *A Nova Lei Brasileira de Direitos Autorais*. São Paulo: Lúmen Júris, 1999. p. 10-11.

<sup>31</sup> BRUNO, Gilberto Marques. *Considerações sobre os Direitos Autorais no WWW*. Disponível em <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=2173> . Acesso em 6/06/2004.

<sup>32</sup> *idem*.

*armazenamento permanente ou temporário por meios eletrônicos ou qualquer outro meio de fixação que venha a ser desenvolvido (Inciso VI); **Contrafação** : a reprodução não autorizada (Inciso VII)”.*

A caracterização das situações acima mencionadas, podem ser passíveis de adequação ao mundo do www, na medida em que seja identificada a reprodução indevida de conteúdos constantes nas páginas da " web " (sem o consentimento expresso dos autores), especialmente quando tais conteúdos, são provenientes de criações originais do espírito de seus autores.

O que vale dizer, se for vivenciada a hipótese de publicação e/ou reprodução de obra, entendendo-se como tais, os conteúdos veiculados nas homepages sem prévia autorização do seu criador, dar-se-á o efetivo descumprimento do disposto no Inciso XXVII, do artigo 5.º da Carta Constitucional (que outorga o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, ao autor), além de atingir frontalmente os dispositivos consubstanciados na Lei n.º 9.610/98, em evidente lesão aos direitos do autor.

E, diante de tais circunstâncias, sob a égide da proteção legal, é assegurado aos autores das criações originais do espírito, o direito de ajuizar medida judicial de contrafação, pugnando pelo imediato sobrestamento da veiculação indevida, sem prejuízo de eventual ação indenizatória destinada ao ressarcimento dos danos morais e patrimoniais que possam ter sido causados.

Portanto, a proteção conferida pela legislação vigente abrange aquelas obras explicitamente referidas no texto do artigo 7º, da Lei 9.610/98, porém a estas não se limita, podendo ser ampliada a qualquer tipo de criação de espírito humano, que constitua uma obra intelectual.

E, no caso de violação de direitos autorais, necessária a reparação do dano. A indenização decorrente desta violação se divide em duas modalidades distintas, quais sejam, as decorrentes do dano moral e a do dano patrimonial.

Em relação aos direitos morais do autor, este estão previstos no Capítulo II, do Título III, da Lei 9.610/98, a qual, em seu artigo 24, especifica os direitos morais do autor sobre sua obra.

Nesse sentido, qualquer violação a esses direitos do autor configuram prejuízo moral, que se presume, independentemente de prova, vez que se trata de dano decorrente da própria lei e suas disposições.

O cálculo da indenização se processa da mesma forma que qualquer indenização por danos morais, devendo o montante ser arbitrado pelo juiz da causa, sem prejuízo de que o autor sugira valores ao julgador, o que, ressalte-se, é recomendável para evitar o cerceamento ao direito constitucional de defesa.

Acrescente-se que, nos termos do artigo 27, da Lei 9.610, são inalienáveis e irrenunciáveis os direitos morais do autor, de modo que somente este pode reivindicá-los em juízo, não comportando, a princípio, na modalidade de direitos autorais, dano moral à pessoa jurídica.

O dano material vem disposto no artigo 29, da Lei 9.610/98. Aqui estão previstas, expressamente, diversas modalidades de utilização da obra em que se exige autorização prévia e expressa do autor, sendo que, violada tal disposição, caberá ao autor da obra o direito de indenização pelos seus direitos patrimoniais lesados.

A indenização material decorrente da violação de direitos autorais deve ser arbitrada na forma do Título VII, da Lei 9.610/98, que dispõe sobre as sanções civis relacionadas à matéria de que trata a referida Lei.

O artigo 103, da Lei 9.610/98, dispõe que o responsável pela violação dos direitos autorais pagará, a título de indenização patrimonial, o valor dos exemplares que tiver vendido, o que corresponde, logicamente, ao número de exemplares fraudulentamente editados, utilizados, apreendidos ou vendidos, multiplicado pelo valor unitário de cada um deles.

Em primeira impressão, pode parecer que o legislador, ao criar tal disposição, tomou por base a utilização e comercialização de obras físicas e não virtuais. Porém, não é verdade. Conforme já exposto no capítulo II, o legislador pensou em algo muito mais amplo, bastando a aplicação da analogia para a resolução de qualquer controvérsia.

Assim, ter-se-ia que, na Internet, o número de exemplares fraudulentamente editados seria aquele correspondente ao número de acessos que a obra intelectual obteve dentro do site infrator.

Igualmente, com relação ao valor da obra, não é necessária sequer analogia, vez que basta valor a criação intelectual, o que pode ser facilmente auferido por perícia técnica do valor intelectual do trabalho, ou pelo simples valor de venda daquela obra pelo seu autor no site de onde foi copiada ilicitamente.

Conclui-se, pois, que o valor da indenização deve ser o valor da obra indevidamente utilizada, multiplicado pelo número de acessos que ela obteve no site do infrator.

Porém, obviamente, o número de acessos à obra é prova difícil de ser realizada, vez que depende de perícia nos equipamentos do próprio infrator, que facilmente poderá ocultar tais dados, sem qualquer vestígio. Entretanto, a Lei 9.610/98, no parágrafo único, do artigo 103, traz a previsão de que não sendo conhecido o número de exemplares que constituem a edição fraudulenta, a indenização deverá ser paga sobre 3.000 exemplares. Assim, inviabilizada a perícia, basta aplicar o mandamento legal supra referido e calcular a indenização sobre o valor da obra, multiplicado por 3.000 (três mil), sem qualquer óbice.

A abrangência e os tipos de objetos multimídia a serem disponibilizados na Biblioteca Digital Jurídica - BDJur serão alvo de discussão e preocupação neste projeto, juntamente com os problemas relativos ao tratamento de direitos autorais (Lei 9610/98). Num primeiro momento, eles não serão tão relevantes, pois a divulgação de documentos na BDJur se dará mediante a cessão desses direitos autorais pelos respectivos autores intelectuais.



## 7. METAS

- ✓ Criação da Biblioteca Digital Jurídica – BDJur, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e do Poder Judiciário nacional e internacional;
- ✓ Prover todos os recursos para a implementação de uma solução integrada, no que diz respeito à digitalização de documentos, armazenamento, administração, busca, distribuição e preservação dos documentos eletrônicos;
- ✓ Tornar efetivo o acesso ao inteiro teor dos documentos integrantes da BDJur;
- ✓ Estabelecer políticas de depósito, armazenamento e divulgação dos documentos em formato eletrônico produzidos pelos Ministros do Superior Tribunal de Justiça;
- ✓ Gerenciar e avaliar a BDJur.

## 8. CRONOGRAMA

ETAPAS	abr.	maio	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.	jan.	fev.	mar.
1. Projeto												
2. Desenvolvimento												
3. Execução												
4. Implantação												
5. Teste												
6. Treinamento												
7. Disponibilização												
8. Manutenção e Avaliação *												

\* Esta etapa é de caráter permanente.

## 9. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Para a real implantação da BDJur serão necessários os seguintes recursos:

- ✓ **Humanos** – o pessoal alocado para a criação da BDJur deverá envolver: 3 bibliotecários, 1 técnico judiciário, 1 servidor da área de Informática e 2 estagiários (1 nível médio e 1 nível superior da área do Direito).
- ✓ **Materiais** – 5 computadores Pentium 4 ou superior, 1 scanner HP Scanjet 5550C ou superior, 1 software OCR para reconhecimento óptico dos caracteres dos documentos digitalizados, 1 software para gerenciamento da BDJur e demais programas pertinentes para sua customização e desenvolvimentos das interfaces necessárias.

## 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALVES, Jones Figueiredo. As Tecnologias da Informação a Serviço da Modernização do Judiciário. In: REINALDO FILHO, Demócrito (Coord.). **Direito da Informática: aspectos polêmicos**. Bauru, SP: Edipro, 2002. p. 55-62.
2. BARKER, Phillip. Electronic libraries: vision of the future. **The electronic Library**, v. 44, n. 4, p. 221, Aug. 1994. Apud. MARCHIORI, p. 118.

3. BAX, M. P. Agentes de interface para bibliotecas digitais: a arquitetura SABIO. In: SEMINÁRIO SOBRE AUTOMAÇÃO EM BIBLIOTECAS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO, 6., 1997, Águas de Lindóia. **Anais...**Águas de Lindóia : UNIVAP, 1997.
4. BEZY, Michel M. Digital libraries for large multimedia collections. Disponível em: <[www.software.ibm.com/is/dig-lib/dlip.htm](http://www.software.ibm.com/is/dig-lib/dlip.htm)> Acesso em: 02/07/1996.
5. BLUM, Renato Opice (Coord.). **Direito Eletrônico: a Internet e os Tribunais**. Bauru, SP: Edipro, 2001. p 19-22.
6. BRUNO, Gilberto Marques. **Considerações sobre os Direitos Autorais no WWW**. Disponível em <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=2173> . Acesso em 6/06/2004.
7. BRUNO, Marcos Gomes da Silva; BLUM, BLUM, Renato M. S. Opice. **A Internet e os Direitos Autorais**. Disponível em <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=2020> . Acesso em 6/06/2004.
8. CABRAL, Plínio. **A Nova Lei de Direitos Autorais**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.
9. CIANCONI, Regina. **Literatura e conceitos**. Acesso em 18 ago. 1997. Mensagem para: bib-virtual@butiti.ibict.br
10. COOPER, R. et al. Remote library users: needs and expectations. **Library Trends**, v. 47, n. 1, p. 42-64. Summer 1998.
11. CUNHA, Murilo Bastos da. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 257-268, set./dez. 1999.
12. DRABENSTOTT, Karen M.; BURMAN, Celeste M. Revisão analítica da biblioteca do futuro. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 180-194, maio/ago. 1997.
13. FERREIRA, Sueli Mara S.P. Design de biblioteca virtual centrado no usuário. **CiOnline**, v. 26, n.2, 1997. Disponível em <http://www.ibict.br/> . Acesso em 17/05/04.
14. KESSLER, Jack. **Internet digital libraries**. Boston: Artech, 1996. 265 p.

15. LEVACOV, Marília. Bibliotecas virtuais: (r)evolução? **CIONline**, v. 26, n. 2, 1997. Disponível em <http://www.ibict.br/cionline/260297/26029702.htm>. Acesso em 06/05/04.
16. LEVY, P. **O que é virtual?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.
17. MARCHIORI, Patrícia Z. Ciberteca ou biblioteca virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. **Ciência da Informação, Brasília**, v. 26, n. 2, p. 115-124, maio/ago. 1997.
18. MARCONDES, C. H.; GOMES, S. L. R. As bibliotecas e a Internet: aspectos metodológicos da construção de bibliotecas virtuais à luz da experiência do Prossiga. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 18., 1997, São Luís. **Anais...** São Luís: APBEM, 1997. p.3.
19. REICH, Vicky; WEISER, Mark. Libraries are more than information: situational aspects of electronic libraries. **Serials Review**, v. 20, n.3, p. 31-38, 1994. Disponível em: <http://www.uiq.com/hypertext/weiser/SituationalAspectsofElectronicLibraries>
20. SAFFADY, William. Digital libraries. **Library Technology Report**, v. 31, n. 3, may./jun. 1995. p. 224.
21. SAUNDERS, Laverna. The virtual library today. **LAMA**, v.6, n. 2, spring 1992.
22. VIANA, M.M.M. A Internet e o bibliotecário : a adequação de habilidades profissionais frente aos novos serviços. Disponível em <http://www.geocities.com/SiliconValley/8504/artigo.htm> . Acesso em 30/04/04.
23. WELLINGTON, João; OLIVEIRA, Jaury N. **A Nova Lei Brasileira de Direitos Autorais**. São Paulo: Lúmen Júris, 1999. p. 10-11.

## **ANEXOS**

Anexo 1 – Análise das páginas eletrônicas dos órgãos públicos

Anexo 2 – Repositório Institucional

Anexo 3 – Lista de Discussão “Fórum Jurídico”